A advocacia e os escritórios de advocacia estrangeiros

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Uma profissão unificada

Os advogados de Singapura pertencem a uma profissão unificada. Todo advocate and solicitor admitido pela Supreme Court pode tanto atuar em juízo quanto assessorar clientes em operações, uma característica herdada dos Estabelecimentos dos Estreitos (Straits Settlements), descritos no capítulo I da parte B.[1] A Law Society of Singapore foi criada em 1967 e representa todos os advogados que exercem o direito de Singapura. Ela também trata das reclamações, que passam por comitês de análise e de investigação e podem terminar em processos perante uma Court of Three Judges.[2] A Singapore Academy of Law, criada por lei com efeitos a partir de 1º de novembro de 1988, nomeia Senior Counsel, notários públicos e commissioners for oaths e atua como agência de desenvolvimento e promoção do setor jurídico.[3]

A profissão cresceu junto com o centro financeiro. Contava cerca de 4.000 advogados em exercício em 2002 e 6.512 em 2023, dos quais 3.677 homens e 2.835 mulheres.[4] O crescimento de mais de 60% em duas décadas coincidiu com a expansão do trabalho societário, bancário e de resolução de disputas. A preocupação com a

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

atratividade do contencioso e da advocacia geral para os jovens advogados aparece repetidamente nos discursos da Law Society e do Judiciário, uma questão que o capítulo IV desta parte retoma no contexto da força de trabalho do setor financeiro.

Ensino jurídico

Durante cerca de meio século, Singapura teve uma única faculdade de direito. O ensino jurídico começou em 1956 com o Department of Law da University of Malaya, que se tornou faculdade em 1959 sob seu primeiro diretor, Lionel Astor Sheridan. Seus primeiros alunos concluíram o curso em 1961, entre eles Chan Sek Keong, que mais tarde se tornou Chief Justice, e o diplomata Tommy Koh. A faculdade continuou na University of Singapore depois de 1962 e passou a integrar a National University of Singapore em 1980. Uma segunda faculdade de direito foi criada na Singapore Management University em 2007. Uma terceira veio em seguida na Singapore University of Social Sciences, em 2017.[5]

As duas faculdades mais recentes ampliaram a oferta de advogados formados no país numa época em que o trabalho societário e financeiro absorvia uma parcela crescente de cada turma. Graduados de universidades estrangeiras reconhecidas também podem se habilitar em Singapura depois de cumprir requisitos locais administrados pelo Singapore Institute of Legal Education.[6] O resultado é uma profissão que reúne advogados formados no país e advogados formados em Londres, Oxford, Cambridge, Melbourne ou Nova York, o que convém a um centro cujos clientes vêm de muitos sistemas jurídicos.

A abertura do mercado aos escritórios estrangeiros

Por muito tempo, os escritórios de advocacia estrangeiros ficaram restritos à assessoria sobre o direito de suas jurisdições de origem e sobre operações internacionais. Em 2000, Singapura contava 576 advogados estrangeiros. Em julho de 2009, eram 95 escritórios estrangeiros com 840 advogados estrangeiros.[7] A questão que ocupava o governo era se os escritórios estrangeiros deveriam poder exercer o direito de Singapura, até então reservado aos escritórios de Singapura.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A resposta veio em 2008, depois que o Committee to Develop the Legal Sector, presidido pelo juiz V K Rajah, recomendou uma abertura moderada.[8] O Ministry of Law criou o regime Qualifying Foreign Law Practice. Em 5 de dezembro de 2008, anunciou a concessão das primeiras licenças a Allen & Overy, Clifford Chance, Herbert Smith, Latham & Watkins, Norton Rose e White & Case, escolhidos entre 20 propostas. Os critérios de seleção incluíam o trabalho offshore que o escritório de Singapura geraria, o número de advogados baseados em Singapura, as áreas de atuação oferecidas e o papel do escritório como sede regional.[9]

Uma licença QFLP permite que um escritório estrangeiro exerça o direito de Singapura por meio de advogados habilitados em Singapura que tenham certificados de exercício profissional, ou de advogados estrangeiros com certificados de profissional estrangeiro. O contencioso doméstico e a advocacia geral continuam excluídos, incluindo direito penal, transações imobiliárias residenciais, direito de família e direito administrativo.[10] O regime foi concebido em conjunto com a Joint Law Venture, que permite a um escritório estrangeiro e a um escritório de Singapura se unirem sob uma estrutura comum, permanecendo escritórios distintos.[11] Uma forma adicional, a Formal Law Alliance, permite uma cooperação mais estreita entre um escritório estrangeiro e um escritório de Singapura sem joint venture.[12]

O peso econômico dos escritórios licenciados

As licenças foram renovadas em rodadas sucessivas, com mudanças na lista de titulares. Quando o Ministry of Law renovou nove licenças no fim de 2020, informou que os escritórios QFLP haviam gerado mais de S$ 3,07 bilhões em receitas offshore desde 2013 e empregavam cerca de 190 advogados habilitados em Singapura em seus escritórios locais.[13]

Em outubro de 2025, os nove escritórios titulares de licenças eram Allen Overy Shearman Sterling, Clifford Chance, Gibson, Dunn & Crutcher, Latham & Watkins, Jones Day, Linklaters, Norton Rose Fulbright, Sidley Austin e White & Case. A atualização do ministério de 16 de outubro de 2025 informou que os nove escritórios haviam gerado mais de S$ 2 bilhões em receitas de trabalho offshore entre 2021 e

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

2024 e empregavam mais de 550 advogados em Singapura, dos quais mais de 40% habilitados em Singapura.[14] A ênfase nas receitas offshore revela o propósito do regime. Singapura admitiu escritórios estrangeiros ao exercício do direito de Singapura em troca de trabalho que, de outra forma, seria feito em Londres, Hong Kong ou Nova York. Reservou a advocacia doméstica aos escritórios locais, de modo que a abertura serviu à exportação de serviços jurídicos sem deslocar a profissão nacional.

Além dos escritórios licenciados, o número de escritórios estrangeiros continuou crescendo. Uma reportagem da *Singapore Law Gazette* informou que 141 escritórios de advocacia estrangeiros operavam em Singapura em janeiro de 2026, contra 74 em 2020, e que 1.418 advogados estrangeiros estavam registrados na Legal Services Regulatory Authority, ou 18,15% de todos os advogados registrados.[15]

A revisão de 2025

A estrutura de licenciamento, com suas categorias separadas para escritórios estrangeiros, QFLPs, Joint Law Ventures e Formal Law Alliances, tornou-se complicada. Em outubro de 2025, uma revisão do marco regulatório dos escritórios de advocacia recomendou mudanças no regime QFLP. O Ministry of Law anunciou que estudaria as recomendações, consultaria o público e publicaria sua resposta posteriormente. Permitiu que as licenças existentes fossem renovadas por dois anos, de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027, e informou que o resultado da próxima rodada formal de renovação seria anunciado em 2027.[16] A imprensa descreveu os objetivos da revisão como um regime de licenciamento mais simples e salvaguardas mais fortes para a independência dos escritórios de Singapura que colaboram com escritórios estrangeiros.[17]

Notas

1. Wikipedia, “Lawyers in Singapore” (acesso em novembro de 2026): os advogados de Singapura fazem parte de uma profissão unificada e podem atuar tanto como solicitor quanto como advocate. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

2. Wikipedia, “Law Society of Singapore” (acesso em novembro de 2026): criada em 1967; as reclamações passam por um Review Committee, um Inquiry Committee e um Disciplinary Committee, após o que a Society pode requerer à Court of Three Judges censura, multa, suspensão ou exclusão. ↩
3. Wikipedia, “Singapore Academy of Law” (acesso em novembro de 2026): criada pelo Singapore Academy of Law Act, em vigor desde 1º de novembro de 1988; suas funções incluem a nomeação de Senior Counsel, Commissioners for Oaths e Notaries Public e a “International Promotion of Singapore Law”. ↩
4. Wikipedia, “Lawyers in Singapore” (acesso em novembro de 2026): o número de advogados em exercício passou de 4.000 em 2002 para 6.512 em 2023, com 3.677 advogados homens e 2.835 mulheres em 2023. ↩
5. Wikipedia, “NUS Faculty of Law” (acesso em novembro de 2026): fundada em 1956 como Department of Law da University of Malaya; faculdade a partir de 1959; primeiro diretor Lionel Astor Sheridan (1956–1962); primeiros graduados em 1961, entre eles Chan Sek Keong e Tommy Koh; a NUS Law foi a única faculdade de direito de Singapura até a criação da SMU School of Law em 2007; a SUSS School of Law veio em 2017. ↩
6. Singapore Institute of Legal Education, requisitos de admissão para “qualified persons” com diplomas de universidades estrangeiras reconhecidas. ↩
7. Wikipedia, “Lawyers in Singapore” (acesso em novembro de 2026): em julho de 2009 havia 95 escritórios estrangeiros e 840 advogados estrangeiros, contra 576 em 2000; seis escritórios internacionais foram licenciados para exercer o direito societário local em dezembro de 2008. ↩
8. Ministry of Law, “Update on Qualifying Foreign Law Practice Licences”, 16 de outubro de 2025 (mlaw.gov.sg, acesso em novembro de 2026): o regime QFLP foi introduzido em 2008 seguindo recomendações do Committee to Develop the Legal Sector, presidido pelo então juiz V K Rajah. ↩
9. Ministry of Law, “Award of Qualifying Foreign Law Practice licences”, comunicado à imprensa de 5 de dezembro de 2008, mlaw.gov.sg (acesso em

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

novembro de 2026): licenças para Allen & Overy, Clifford Chance, Herbert Smith, Latham & Watkins, Norton Rose e White & Case; 20 propostas recebidas até o prazo final de 9 de outubro de 2008; licenças inicialmente válidas por cinco anos; os critérios de seleção incluíam trabalho offshore, número de advogados baseados em Singapura, áreas de atuação, papel de sede regional e histórico global e em Singapura. ↩

10. Ministry of Law, "Update on Qualifying Foreign Law Practice Licences", 16 de outubro de 2025, mlaw.gov.sg (acesso em novembro de 2026): um QFLP pode exercer o direito de Singapura "except in domestic areas of litigation and general practice", como direito penal, transações imobiliárias residenciais, direito de família e direito administrativo, por meio de advogados habilitados em Singapura com practising certificates ou de advogados estrangeiros com foreign practitioner certificates. ↩
11. Ministry of Law, comunicado à imprensa de 5 de dezembro de 2008 (mlaw.gov.sg, acesso em novembro de 2026): o regime QFLP complementa a liberalização da arbitragem internacional e o regime de Joint Law Venture. ↩
12. Formal Law Alliance como categoria de licença nos termos do Legal Profession Act 1966 e das Legal Profession (Law Practice Entities) Rules. ↩
13. Ministry of Law, comunicado à imprensa de dezembro de 2020 sobre a renovação de nove licenças QFLP, conforme noticiado em "Singapore renews 9 foreign firms' local licences", *Legally India*, 31 de dezembro de 2020 (acesso em novembro de 2026): S$ 3,07 bilhões em receitas offshore desde a rodada de 2013; 190 advogados habilitados em Singapura empregados nos escritórios locais das nove firmas; licenças renovadas por cinco anos. ↩
14. Ministry of Law, "Update on Qualifying Foreign Law Practice Licences", 16 de outubro de 2025 (mlaw.gov.sg, acesso em novembro de 2026): lista dos nove escritórios QFLP; mais de $ 2 bilhões em receitas de trabalho offshore de 2021 a 2024; mais de 550 advogados em Singapura, mais de 40% habilitados em Singapura. ↩
15. *Singapore Law Gazette*, reportagem sobre a advocacia citando dados da Legal Services Regulatory Authority de janeiro de 2026: 141 escritórios de advocacia

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

estrangeiros (74 em 2020); 1.418 advogados estrangeiros registrados (18,15% dos advogados registrados). ↩

16. Ministry of Law, "Update on Qualifying Foreign Law Practice Licences", 16 de outubro de 2025 (mlaw.gov.sg, acesso em novembro de 2026): licenças renovadas pela última vez no fim de 2020 por cinco anos; renováveis por dois anos, de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027; uma revisão recomendou mudanças no regime QFLP, sobre as quais o ministério faria consulta; o resultado da próxima rodada de renovação seria anunciado em 2027. ↩
17. "Review under way to simplify Singapore's foreign law firm licensing framework, strengthen local practice independence", *The Business Times*, 17 de outubro de 2025, reproduzido no Singapore Law Watch. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com